

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Roseni Martins Florisbal

A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO

São Lourenço do Sul, RS
2018

Roseni Martins Florisbal

A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-Sensu* Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Belkis Souza Bandeira

São Lourenço do Sul, RS
2018

Roseni Martins Florisbal

A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização Lato-Sensu Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**

Aprovado em 29 de junho de 2018:

Prof^a. Dr^a Belkis Souza Bandeira
(Presidente/Orientador)

Prof^a Dr^a. Sueli Menezes Pereira

Prof^a Ms. Eliane de Ávila Colussi

São Lourenço do Sul, RS
2018.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus alunos especiais, todos eles, aqueles que me tornam uma pessoa melhor a cada dia e que sempre me ensinam muito. Aqueles que nestes 18 anos de magistério me fizeram mudar de perspectiva muitas vezes e me fizeram estudar muito, pois cada um é um novo desafio. São eles que me fazem acreditar que a Inclusão escolar é possível, basta compreender o que é diversidade humana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ser meu esteio e guiar meus passos no melhor caminho sempre, pois sem Ele, eu nada seria.

A minha orientadora, que sempre muito gentil, me incentivou e orientou no percurso deste trabalho. Também a todos os professores e tutores do curso que muito contribuíram com minha formação.

A toda minha família, por terem suportado minha ausência, apesar da presença física, durante todo o tempo em que estive dedicada estudando e pesquisando para a realização deste trabalho. Mas em especial ao meu marido Rodrigo, minhas filhas Deborah e Kamille e meus pais Erlindo e Zilá, por todo o apoio e compreensão, sempre que precisei.

Aos meus colegas de trabalho da Escola José Antônio Netto, que se dispuseram prontamente a participar desta pesquisa, fornecendo valiosas informações através de entrevistas, questionários e observações ao seu trabalho.

Aos amigos, que compreenderam minha ausência e torceram durante todo este percurso para que concluísse e retornasse aos nossos encontros.

Aos colegas do curso de Gestão Educacional da turma de São Lourenço do Sul, que através do grupo do Whats App estiveram sempre prontos para ajudar quando surgia alguma dúvida, ou quando algum colega estava prestes a desistir.

Enfim, se fosse citar todos aqui, a lista seria muito grande, mas quero agradecer, de coração, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse obter êxito na realização deste trabalho.

EPÍGRAFE

Há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres de nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, por saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática?

(SANTOS, B, 2001).

O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito dele são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a sua própria história, a superação real destas estruturas numa práxis totalizadora.

(Jean-Paul Sartre)

RESUMO

A GESTÃO ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO

AUTORA: Roseni Martins Florisbal

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a. Belkis Souza Bandeira

Este trabalho apresenta como problematização inicial “Quais os desafios e dificuldades a serem transpassadas no sentido de aproximar o professor especialista do Atendimento Educacional Especializado dos professores da sala comum e a direção, supervisão e orientação escolar com a finalidade de contribuir para a inclusão dos alunos da educação especial?”. No intuito de encontrar respostas a este problema, buscou-se identificar as dificuldades enfrentadas e as ações que estão sendo tomadas pelos gestores de uma escola da Rede Pública Municipal de Camaquã, RS para que ocorra a inclusão e a interlocução entre os professores especialistas em AEE e da sala comum de forma colaborativa. Como objetivos específicos se quer verificar se existe interlocução entre o professor especialista em AEE e o professor da sala comum e se há compreensão da função do AEE na escola; identificar qual o papel da direção no processo de interlocução entre o professor especialista em AEE e o professor da sala comum, visando uma efetiva inclusão escolar; investigar qual o papel do professor especialista em AEE e do professor da sala comum com vistas a uma inclusão de qualidade; identificar as ações que estão sendo tomadas pela direção para que ocorra a interlocução entre o professor especialista em AEE e o professor da sala comum; identificar as dificuldades encontradas pela direção para que o professor especialista em AEE possa desenvolver suas atividades junto ao professor da sala comum; e verificar quais as ações dos gestores escolares (professores, supervisores, orientadores e diretores) para que ocorra a inclusão de alunos com necessidades especiais. Durante a pesquisa foram entrevistados professores, utilizados questionários, realizadas observações, análise de documentos com vistas a verificar como se dá este processo de gestão. Assim, verificou-se que a gestão do processo de inclusão da escola é uma responsabilidade muito grande do professor de Atendimento Educacional Especializado, o que dificulta as relações e a interlocução entre os professores, já que os mesmos não se sentem responsáveis pelo processo de ensino deste aluno. Nas documentações da escola, Regimento escolar e Projeto Pedagógico, a Educação Especial é colocada como algo à parte, não faz parte do todo, o que pode ser verificado nas práticas diárias e na gestão do processo de inclusão.

Palavras-chave: Gestão da inclusão. Inclusão escolar. Gestão escolar.

ABSTRACT

SCHOOL MANAGEMENT AGAINST THE INCLUSION PROCESS

AUTHOR: Roseni Martins Florisbal
ORIENTER: Prof. Dr^a. Belkis Souza Bandeira

This paper presents as an initial questioning "What are the challenges and difficulties to be overcome in order to bring the specialist teacher closer to the Specialized Educational Attendance of the common room teachers and the direction, supervision and school guidance with the purpose of contributing to the inclusion of the students of the special education?". In order to find answers to this problem, we sought to identify the difficulties faced and the actions being taken by the managers of a school of the Municipal Public Network of Camaquã, RS to allow the inclusion and interlocution between the specialized teachers in AEE and the common room in a collaborative way. As specific objectives we want to verify if there is interlocution between the AEE teacher and the common room teacher and if there is an understanding of AEE's role in the school; to identify the role of management in the interlocution process between the AEE teacher and the common room teacher, aiming at an effective school inclusion; to investigate the role of the AEE teacher and the common room teacher with a view to quality inclusion; identify the actions being taken by the management so that there is interaction between the AEE teacher and the common room teacher; identify the difficulties encountered by management so that the AEE teacher can develop their activities with the teacher of the common room; and verify the actions of school managers (teachers, supervisors, counselors and directors) to include the inclusion of students with special needs. During the research, teachers were interviewed, questionnaires were used, observations were made, and document analysis was carried out to verify how this management process occurs. Thus, it was verified that the management of the process of inclusion of the school is a great responsibility of the teacher of Specialized Educational Attendance, which hinders relations and the interlocution between the teachers, since they do not feel responsible for the teaching process of this student. In the documentation of the school, School Regiment and Pedagogical Project, Special Education is placed as something apart, not part of the whole, which can be verified in daily practices and in the management of the inclusion process.

Keywords: Inclusion management. School inclusion. School management.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de formação.....	40
Gráfico 2 – Tempo de atuação	40
Gráfico 3 – Área de atuação	40
Gráfico 4 – Conhecimento do PP	42
Gráfico 5 – Tipos de formação.....	43

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Instrumento de coleta de dados	61
Apêndice B – Termo de consentimento	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conceito de inclusão.....	23
--------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marcos históricos da Inclusão.....	24
Quadro 2 – Dificuldades enfrentadas para que a inclusão se efetive.....	46
Quadro 3 – Comparativo entre Regimento Escolar e Projeto Pedagógico	50

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
AH/SD – Altas Habilidades/Superdotação
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola
CPM – Círculo de Pais e Mestres
DPEE – Diretoria de Políticas de Educação Especial
DUA – Desenho Universal da Aprendizagem EAD –
Educação a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para
PcD e PcSH no RS
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação
Básica LBI – Lei Brasileira de Inclusão
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da
Educação LEGAI – Lei Gaúcha de Inclusão
MEC – Ministério da Educação
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PcDs – Pessoas com Deficiências
PNE – Plano Nacional de Educação
PP – Projeto Pedagógico
RS – Rio Grande do Sul
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e
Inclusão
SRM – Sala de Recursos Multifuncional
TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA – Transtorno do Espectro Autista
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 GESTÃO ESCOLAR X INCLUSÃO.....	18
2 UM BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	23
3 UM POUCO SOBRE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	27
3.1 O PAPEL DO PROFESSOR DE AEE	28
3.2 O PAPEL DA DIREÇÃO FRENTE À INCLUSÃO.....	31
3.3 O PAPEL DO PROFESSOR DA SALA COMUM FRENTE À INCLUSÃO	32
4 METODOLOGIA	36
5 SOBRE A PESQUISA.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICES	60

INTRODUÇÃO

O multiculturalismo progressista pressupõe que o princípio da igualdade seja utilizado de par com o princípio do reconhecimento da diferença.
(SANTOS, 2003, p. 458)

Este estudo tem por finalidade compreender como se efetiva a interlocução entre os professores de sala comum e professores especialistas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando soluções para as dificuldades encontradas no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiências (auditivas, visuais, motoras, intelectuais), transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras necessidades educativas especiais.

Sabendo-se que para a inclusão escolar realmente acontecer, a interlocução entre todos os envolvidos no processo é de suma importância e o papel do diretor escolar é fundamental para que de fato ocorra. Para a realização deste trabalho de conclusão de curso, a temática a ser pesquisada é compreender como ocorre essa interlocução entre o professor especialista e o professor de sala comum com vistas a melhoria dessa relação.

A inclusão ainda provoca grandes revoluções na escola, muitas polêmicas, inseguranças, inquietações e o seu sentido ainda tem sido muito distorcido. Assim, percebe-se a importância de descentralizar a gestão das práticas inclusivas da escola, deixando de ser uma responsabilidade exclusiva do professor especialista em educação especial, que trabalha na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) e/ou do diretor escolar passando a ser uma construção coletiva da comunidade escolar.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva é um assunto muito discutido e por muitas vezes parece até saturado. Grande parte dos educadores continua afirmando que as políticas públicas da educação especial são impostas de cima, por pessoas que não conhecem a realidade, que não estão dentro da sala de aula. Apesar de termos grandes avanços na inclusão escolar na prática, muito ainda falta para que esta se efetive realmente. Estudar sobre a inclusão sempre traz inquietações sobre a melhor forma de possibilitar o ser diferente e o ser igual, onde todos tenham o direito de ir e vir nos espaços escolares exercendo a sua cidadania. Como nos afirma tão bem Santos,

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p. 56)

Os professores de sala comum alegam que não possuem formação específica, nem recursos e não tem apoio dentro da escola. Os professores responsáveis pelo AEE realizam o atendimento de forma isolada na SRM e algumas vezes orientam tanto as famílias, a direção, supervisão pedagógica, orientação escolar, quanto professores de sala comum visando encontrar as melhores formas de incluir. Já aos diretores escolares cabe serem agentes, também, de promoção da inclusão, fazendo a mediação entre todos os envolvidos e os anseios da comunidade escolar, pois a sua posição influencia toda a comunidade escolar.

A grande preocupação então são as ações isoladas, sem um objetivo comum dentro da escola, onde se percebe muitas vezes uma disputa entre quem faz o trabalho que surte mais efeito ou até mesmo quem é o responsável pela escolarização do aluno dentro do ambiente escolar. Existe um distanciamento muito grande entre o professor especialista, a gestão administrativa, a gestão pedagógica, o professor de sala regular e as famílias, quando estes deveriam estar juntos em um único propósito que é a busca de qualidade na educação inclusiva.

A motivação para esta pesquisa encontra-se no fato de trabalhar como professora especialista do Atendimento Educacional Especializado em uma escola da rede municipal, onde a responsabilidade sobre os processos inclusivos na escola é muito grande. O sentimento é de trabalhar sozinha, são ações isoladas com pouco apoio e muita cobrança de resultados. Na formação estudamos que o trabalho deve ser articulado entre todos dentro da escola, e a realidade é bem diferente, por quê?

Muitas vezes as orientações passadas para a melhoria da qualidade do ensino dos alunos não são bem aceitas, percebe-se os diretores escolares em uma corda bamba, sem tomar partido, pois precisam gerir as relações entre os professores e nessa situação quem sai perdendo sempre é o aluno. Não existe uma interlocução saudável entre as diversas instâncias escolares, mas sim um jogo de empurra ou críticas do trabalho de um e outro sem muitas vezes nem conhecer. Estas inquietações que permeiam o dia a dia da gestão escolar precisam ser estudadas e pesquisadas para melhor compreensão dos processos de gestão das políticas públicas da inclusão escolar e nos trazem a problematização desta

pesquisa. Quais os desafios e dificuldades a serem transpassados no sentido de aproximar o professor especializado do AEE dos professores da sala comum e a direção, supervisão pedagógica e orientação escolar, com a finalidade de contribuir para a inclusão, em uma escola da rede municipal de Camaquã, durante o ano de 2018?

Como temática principal para o estudo então a proposta é compreender como se efetiva a interlocução entre os professores (especialista em AEE e da sala comum) e a direção, supervisão pedagógica e orientação escola, buscando soluções para uma melhor articulação entre todos, com vistas ao planejamento de práticas inclusivas. O objetivo geral é identificar as dificuldades enfrentadas e as ações que estão sendo tomadas pelos gestores em uma escola municipal para que ocorra a inclusão e a interlocução entre os professores especialistas em AEE e da sala comum de forma colaborativa.

Como objetivos específicos se quer verificar se existe interlocução entre o professor especialista em AEE e o professor da sala comum e se há compreensão da função do AEE na escola; identificar qual o papel da direção no processo de interlocução entre o professor especialista em AEE e o professor da sala comum, visando uma efetiva inclusão escolar; investigar qual o papel do professor especialista em AEE e do professor da sala comum com vistas a uma inclusão de qualidade; identificar as ações que estão sendo tomadas pela direção para que ocorra a interlocução entre o professor especialista em AEE e o professor da sala comum; identificar as dificuldades encontradas pela direção para que o professor especialista em AEE possa desenvolver suas atividades junto ao professor da sala comum; e verificar quais as ações dos gestores escolares (professores, supervisão, orientação e direção) para que ocorra a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Com relação à metodologia a ser utilizada na pesquisa, o tipo de abordagem a ser utilizada é a abordagem qualitativa, com o intuito de esclarecer e minimizar a problemática levantada. Tendo como tipo de pesquisa a pesquisa participante, pois a pesquisa participante é aquela em que o pesquisador está inserido no contexto e busca intervir na realidade, promovendo a superação de uma dificuldade, de um problema.

Os instrumentos de coleta de dados serão a observação diária na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Antônio Netto, análise documental no

Projeto Político Pedagógico e regimento escolar, entrevistas estruturadas com a direção da escola e o uso de questionários aplicados a todos os professores, diretores, supervisores e orientadores educacionais de todos os turnos, totalizando aproximadamente 30 questionários a serem distribuídos, com intuito de conhecer as concepções e ideias a respeito do tema pesquisado.

Este trabalho será constituído de quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo, intitulado de Gestão escolar X inclusão traz algumas considerações sobre a gestão escolar e a sua importância para que a inclusão realmente ocorra dentro da escola. Faz também algumas considerações sobre a relação gestão democrática da educação e inclusão.

No segundo capítulo é apresentado um breve histórico com alguns marcos da legislação e políticas da educação especial no Brasil. Este capítulo também apresenta os conceitos de exclusão, segregação, integração e inclusão.

O terceiro capítulo destinou-se a falar sobre o atendimento educacional especializado e como o mesmo se organiza a nível de legislação, definindo também em subcapítulos qual seria a função do professor especialista em AEE, do professor da sala inclusiva e do diretor escolar.

O quarto capítulo apresenta de forma resumida como se desenvolveu a metodologia da pesquisa realizada na escola e algumas considerações sobre possibilidades e dificuldades. E o quinto capítulo traz o resultado dessa pesquisa, com transcrições das entrevistas, questionários e considerações sobre as observações realizadas e análise documental.

E, por fim as considerações finais, onde se apresenta o fechamento do trabalho, contextualizando teoria com a pesquisa e pontuando possíveis soluções para algumas questões que se fizeram necessárias.

1 GESTÃO ESCOLAR X INCLUSÃO

“As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito a diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além das diferenças de vários tipos” (SANTOS, 2003, p. 33).

A gestão da educação no Brasil percorreu um caminho que acompanhou os movimentos políticos, sociais e econômicos da nossa história. Hoje, ao mesmo tempo em que se fala de uma gestão democrática da educação, por trás desta existem grandes influências de organizações internacionais, que utilizam de seus interesses políticos para conduzir as políticas públicas de forma à obtenção rápida de resultados e a diminuição de custos, utilizando de instrumentos que somente valorizam os conhecimentos acadêmicos, deixando para trás toda uma gama de conhecimentos culturalmente construídos e valores sociais que vão se passando de geração a geração.

Frente a muitos desafios da gestão da educação, da gestão escolar na atualidade há um em especial, que pode ser considerado como um dos mais complexos. O desafio da inclusão escolar. Se a gestão da escola parte dos princípios da democracia, da autonomia, da participação e da descentralização do poder, este desafio da inclusão escolar deve ser de todos na comunidade escolar.

Quando se fala em escola inclusiva, em inclusão escolar, compreende-se que esta é uma escola que abre espaço para todos os alunos, acolhendo e promovendo uma aprendizagem eficiente independentemente das características pessoais de cada indivíduo. Por trás de uma escola inclusiva, é necessário que os gestores escolares também tenham uma postura inclusiva, pois de nada adianta a documentação da escola dizer que a mesma inclui se na prática isso não acontece.

Para isso, torna-se “indispensável desenvolver um novo olhar, uma nova ótica, uma sensibilidade diferente. O caráter monocultural está muito arraigado na educação escolar, parecendo ser inerente a ela” (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 166). É preciso superar essa visão monoculturalista valorizando a diversidade cultural dentro da escola. Segundo Favero, Pantoja e Mantoan,

As escolas abertas às diferenças e capazes de ensinar a turma toda demandam uma re-significação e uma reorganização completa dos processos de ensino e de aprendizagem usuais, pois não se pode encaixar um projeto novo em uma velha matriz de concepção de ensino escolar. (FAVERO, PANTOJA e MANTOAN, 2004, p.36)

O desenvolvimento da gestão inclusiva requer uma nova forma de ver a educação, requer mudanças urgentes, requer novas práticas de ensino e requer novas formas de gerir a educação. A gestão democrática traz também uma nova forma de pensar a educação, de pensar a organização da escola. A gestão democrática proporciona a autonomia da escola, a descentralização do poder e a participação de todos. A escola inclusiva é aquela que inclui todos, é aquela onde todos tem a oportunidade de participação. Assim, a gestão democrática, participativa, é uma gestão inclusiva. De acordo com Paro,

A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação (PARO, 2006, p. 17)

Mas afinal, quem faz gestão dentro da escola? Quando falamos em gestão escolar, muitas vezes associamos gestão com direção escolar, já que o termo remete a palavra administração. Gestão, no sentido de administração, seria a “utilização racional de recursos para a realização de fins determinados” (PARO, 1986, p. 25). O diretor é um gestor dentro da escola, mas todos os que participam do processo de aprendizagem também o são. O papel do diretor é muito importante na gestão da escola democrática e inclusiva, já que ele tem a função de articular entre todas as áreas: administrativa, pedagógicas e com a comunidade, sendo também a ele que são delegadas as funções legais da escola. Para Nadal e Polato,

O diretor é o gestor escolar por excelência, aquele que lidera, gerencia e articula o trabalho de professores e funcionários em função de uma meta: a aprendizagem de todos os alunos. É ele quem responde legal e judicialmente pela escola e pedagogicamente por seus resultados - essa última atribuição, a mais importante, é às vezes esquecida. (NADAL e POLATO, 2010)

Porém, o professor também é um gestor escolar, ele é o gestor de suas práticas pedagógicas, pois ele precisa planejar, definir objetivos, organizar os recursos, administrar seu tempo e sua dinâmica, lidar com os alunos, pais,

supervisores, equipe diretiva entre muitas outras funções que também são funções de gestão escolar. E assim todos os outros setores da escola fazem também gestão escolar, todos buscando um mesmo fim, a educação. Conforme Paro,

Se está envolvida a educação, é importante, antes de mais nada, levar em conta os objetivos que se pretende com ela. Então, na escola básica, esse caráter mediador da administração deve dar-se de forma a que tanto as atividades-meio (direção, serviços de secretaria, assistência ao escolar e atividades complementares, como zeladoria, vigilância, atendimento de alunos e pais), quanto a própria atividade-fim, representada pela relação ensino-aprendizagem que se dá predominantemente (mas não só) em sala de aula, estejam permanentemente impregnadas dos fins da educação. Se isto não se dá, burocratiza-se por inteiro a atividade escolar, fenômeno que consiste na elevação dos meios à categoria de fins e na completa perda dos objetivos visados com a educação escolar. (PARO, 1998, p. 303)

A escola tem como seu papel a educação, a transmissão da cultura de geração a geração, e como seu produto final a aprendizagem. Assim como em uma empresa, em uma fábrica, a escola tem que dar conta de um produto final. E como fica a inclusão nessa escola que precisa dar conta do seu produto final que é o processo de ensino e aprendizagem? A atividade desenvolvida pela escola é o ensino e cabe aos gestores escolares administrarem como será esse ensino pensando na diversidade de alunos que atendem. E como administrar este ensino se a escola recebe as matrículas, mas lhe faltam às condições mínimas de acessibilidade a conteúdos, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, entre outras?

Dentre as funções dos gestores escolares, eles devem garantir o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação que foi elaborado visando a melhoria da qualidade do ensino durante a década de 2014 - 2024. A meta 4 do PNE 2014-2024 visa a garantia de acesso a educação básica e ao AEE dos alunos público-alvo da educação especial, na idade de escolaridade básica obrigatória.

4 - Educação Especial/Inclusiva

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2018)

Para alcançar esta meta foram estudadas e lançadas algumas estratégias em reuniões com participação de vários órgãos e entidades a nível municipal, estadual e federal. Essas estratégias também estão amplamente construídas abrangendo esferas federais, estaduais e municipais, sendo que cabe aos gestores escolares o cumprimento das políticas públicas elaboradas para alcançar cada uma delas em seu âmbito de escola. Pouco se avançou, até o momento, no cumprimento destas metas, pois a contrapartida para o cumprimento das mesmas, que seriam os recursos financeiros e materiais, continua muito escassa.

Assim, de acordo com essa meta, ao universalizar a educação para os alunos da educação especial, há a necessidade da contrapartida do governo que é o investimento financeiro. Paro (1998) diz que muitas vezes os problemas que afligem a educação não são de falta de esforço por parte dos gestores escolares, mas por descaso no provimento de recursos do Estado, que não dá as condições mínimas que a escola necessita. “Não é possível administração competente de recursos se faltam recursos para serem administrados” (PARO, 1998, p. 304). Os gestores escolares precisam administrar da melhor maneira os recursos, quando estes existem, para promover um ensino de qualidade e assim obterem bons resultados no seu produto final que é a aprendizagem.

A gestão democrática da escola inclusiva é aquela que envolve a participação de todos, onde a comunidade responsabiliza-se pela educação de todos os alunos, independente de suas características biopsicossociais. A participação da comunidade na gestão da inclusão é fundamental para que o trabalho dentro da escola seja cooperativo, mas para isso é preciso, antes de qualquer coisa, mostrar para a comunidade que a inclusão dá certo, capacitar os professores, informar as famílias, trazer a comunidade para dentro da escola e principalmente, proporcionar momentos de interação com autonomia nas decisões e participação.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

*Todos esses que aí estão...
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho! (QUINTANA,
2005)*

A educação especial no Brasil passa por diversos momentos, que fazem parte de uma construção histórica, até os dias atuais. De acordo com Stainback e Stainback,

O fim gradual das práticas educacionais excludentes do passado proporciona a todos os alunos uma oportunidade igual para terem suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. O distanciamento da segregação facilita a unificação da educação regular e especial em um sistema único. Apesar dos obstáculos, a expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal visível de que as escolas e a sociedade vão continuar caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas. (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p. 44)

Para compreendermos o momento histórico da educação especial no Brasil, precisamos compreender as diferentes concepções adotadas em relação a deficiência durante o passar do tempo. Na idade média, foi a época do extermínio, onde os bebês que nasciam com alguma deficiência eram sacrificados, jogados no mar ou em precipícios. O período que se seguiu foi o de exclusão, modelo de rejeição social devido à deficiência, onde a pessoa era considerada inválida ou inútil, ficando isolada da convivência social. Neste contexto de exclusão ainda temos o período conhecido como segregação, caracterizado pelo modelo assistencialista, onde começaram a surgir na área da educação as escolas especiais e associações de pais de pessoas com deficiência, onde as PcDs ficavam segregadas do convívio social¹.

Porém a partir da 2ª Guerra Mundial, com o aumento de casos de deficiências e a necessidade de reabilitação física e profissional para o mercado de trabalho, surge a ideia de integração, onde as escolas comuns passaram a receber as pessoas com deficiência, desenvolvendo currículos diferenciados em classes

¹ Se analisarmos um pouco a organização das cidades na época da construção das escolas especiais, em um grande número, os terrenos doados para este fim eram localizados em locais mais afastados da região central. As cidades tem seu início historicamente com igreja, escola, praça e geograficamente analisando a localização das entidades filantrópicas para as PcDs construídas no período de segregação, apresenta uma distancia bem considerável.

especiais, isto é, o aluno estava dentro da escola ou da sala de aula, porém seu currículo não era o mesmo do restante dos seus pares. E então, depois de muita luta da PcDs para serem reconhecidas com os direitos que todos os cidadãos tem, chegamos ao conceito atual de *inclusão* que significa fazer parte, estar junto, participar junto, ter as mesmas oportunidades e os mesmos direitos.

Na imagem a seguir podemos fazer um comparativo entre os conceitos explicados acima, onde se questiona se o que vem sendo realizado atualmente na educação realmente é inclusão ou uma integração com a nomenclatura errada.

Figura 1 – Conceito de inclusão



<http://blog.isocial.com.br/wp-content/uploads/inclus%C3%A3o.jpg>

E neste conceito de inclusão temos como forte aliado o desenho universal, utilizado primeiramente na engenharia, arquitetura e urbanismo e hoje sendo utilizado na aprendizagem também. O desenho universal tem por objetivo desenvolver produtos e projetos que possam ser utilizados por todos. E o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) defende que cada estudante aprende de uma forma, com estratégias diferentes, assim cabe ao professor planejar a sua aula, pensando nessa diversidade de alunos, propondo diversas formas de aprendizagem de um mesmo conteúdo para toda a turma, ao mesmo tempo, aonde todos irão se beneficiar.

De uma forma bem breve podemos citar alguns marcos importantes na legislação da história da educação especial no Brasil, organizados a seguir em uma tabela:

Quadro 1: Marcos históricos da inclusão

(continua)

Ano	Marcos históricos	Comentários
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Já em seu primeiro artigo afirma que todas as pessoas nascem livres e iguais em direitos e no decorrer de seu texto refere-se sempre a toda(s) (as) pessoa(s) sem distinção.
1961	Lei 4.024/1961: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Fala da educação dos excepcionais enquadrar-se ao sistema geral sempre que for possível.
1971	Lei 5.692/1971: lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Prevê tratamento especial para alunos com deficiências físicas, mentais e superdotados que se encontram em defasagem idade/série.
1981	Ano internacional da pessoa com deficiência	Tema: "Participação plena e igualdade" – tentativa de dar ênfase na igualdade de oportunidade, prevenção e reabilitação de deficiências.
1988	Constituição Federal de 1988	Em seus artigos prevê a igualdade de condições de acesso a educação e prevê o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência.
1990	Declaração de Jomtien 1990: Tailândia.	Documento elaborado na conferencia Mundial de educação para todos, estabelecendo compromissos mundiais que visam garantir as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças.
1994	Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.	Convenção realizada na Espanha com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais com o propósito de que os signatários assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional.
1996	Lei 9.394/1996: Atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação	Assegura aos alunos currículos, métodos e organizações de acordo com as suas necessidades (adaptações curriculares) e o atendimento educacional especializado na escola ou em serviços especializados, assim como a terminalidade específica.
2001	Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001:	Destaca que o grande avanço da década seria a garantia de atendimento a diversidade humana, construindo uma escola inclusiva.
2006	Convenção da ONU	Teve como propósito promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade.

(conclusão)

Ano	Marcos históricos	Comentários
2008	Ratificação brasileira Convenção da ONU Política Nacional de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência passou a ter status de lei aqui no Brasil. Garantia de matrícula das pessoas com deficiência na escola comum, sendo que a educação especial passa a fazer parte do PP das escolas.
2011	Meta 4 do Novo Plano Nacional de Educação:	Das 20 metas do PNE, 1 é específica da Educação especial/inclusiva e tem como objetivo universalizar o acesso a educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (hoje TEA) e AH/SD até os 17 anos.
2015	Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da pessoa com deficiência – LBI nº 13. 146 de 6 de julho de 2015.	Com mais de 100 artigos, esta norma assegura direitos, ratifica a convenção de que a deficiência não está na pessoa mas nas barreiras, beneficia a vida das pessoas com deficiência ao garantir a equiparação de oportunidades e traz penalizações e responsabilizações ao gestor.
2018	LEGAI – Lei gaúcha de inclusão	Está para ser aprovada a Lei Gaúcha de inclusão em parceria com a FADERS e organizações estaduais.

Até bem pouco tempo atrás a Educação Especial aqui no Brasil se organizava de forma que os alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno global do desenvolvimento tinham o direito a educação, porém de forma segregada a escolas especiais. Apesar de ter garantido na LDB n. 4.024, desde 1961 em seu Artigo 88 “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961). Porém muitos movimentos e organizações se mobilizaram e ainda se mobilizam em movimentos contrários a inclusão. Enquanto os avanços foram grandes a nível de legislações que favorecem a inclusão na escola comum, os movimentos para a manutenção das escolas especiais tomaram grandes proporções também. Um aliado grande a estes movimentos pode ter sido o despreparo por parte da rede regular de ensino, que ao não saber como acolher, como ensinar essa diversidade de alunos que foi chegando a escola regular, acabou por remetendo-o de volta a escola especial.

Com a nova política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, de 2008 houve uma grande mudança na política de inclusão, onde passou a serem implantadas as salas de recursos multifuncionais onde ocorre o

atendimento educacional especializado, a garantia de matrículas passou a ser respeitada, pois a escola passou a contar com o suporte do AEE. Passou também a haver um investimento em materiais para a implementação da sala de recursos multifuncional e também em formações de professores em universidades públicas com cursos na área de educação especial tanto em nível de pós-graduação quanto em nível de capacitação.

O conceito de deficiência modifica de acordo com as concepções relativas as pessoas com deficiência. De acordo com os novos paradigmas de inclusão a deficiência está nas barreiras e não no sujeito. Hoje quando se busca um conceito de deficiência, deixamos de lado o conceito médico e passamos para uma valorização de funcionalidade, onde o sujeito passa a ser visto em seus aspectos biopsicossociais. A deficiência não é uma única condição de um indivíduo, mas sim um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social, criadas pelas barreiras que são impostas para ele (OMS, 2004). A LBI n. 13146 traz o conceito de deficiência da seguinte forma:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II
- os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação. (BRASIL, 2015)

O Estatuto da pessoa com deficiência, também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão é o que se tem de mais recente e complexo na inclusão das PcDs. De acordo com informações de membros da FADERS, o Rio Grande do Sul está sendo um estado pioneiro em desenvolver a sua própria lei de inclusão que está para ser aprovada em breve, chamada Lei Gaúcha de Inclusão – LEGAI. Grandes são os avanços em relação a políticas públicas, mas aguardamos ainda do poder público o suporte necessário para que se possa realmente cumprir essas legislações e efetivar a inclusão de todos os alunos com um ensino de qualidade.

3 UM POUCO SOBRE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos. (MITLLER,2000)

De acordo com as legislações da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, deve ser ofertado, aos alunos público-alvo da educação especial², o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Sala de Recursos Multifuncional (SRM), preferencialmente na mesma escola onde o aluno estuda, porém no contraturno da sua escolarização regular. Este atendimento tem por objetivo complementar e/ou suplementar a aprendizagem escolar, sendo realizado de forma concomitante com a escolarização regular.

O AEE não substitui a escolarização regular e sim a complementa, desenvolvendo nos alunos a base das habilidades necessárias para acompanhar as aulas em sua classe, junto com alunos da mesma idade e série. O atendimento educacional especializado “deve priorizar o desenvolvimento de habilidades necessárias a cada momento; tal atendimento não se trata de um período extra de reforço de conteúdos acadêmicos ensinados na sala de aula comum”. (SANTOS, 2012. p. 944)

Como é um serviço complementar e suplementar, é fundamental que os professores da sala de aula regular tenham o professor especialista de AEE como um aliado e vice-versa, na busca de melhorias na qualidade da escolarização dos alunos. “Os professores comuns e os da Educação Especial precisam se envolver

² De acordo com o MEC, os alunos público-alvo da educação especial são aqueles que com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação. “...considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008)

para que seus objetivos específicos de ensino sejam alcançados, compartilhando um trabalho interdisciplinar e colaborativo". (ROPOLI, 2010, p. 19)

O trabalho desenvolvido dentro da escola deve ter um objetivo comum, onde o foco sempre deve ser o aluno. O espaço do AEE é um espaço privilegiado onde professor especialista e aluno têm a oportunidade de experimentar diferentes técnicas, diferentes recursos, tecnologias assistivas, que estarão maximizando as possibilidades de aprendizagem dos alunos nos diferentes conteúdos escolares.

A inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção. (SKRTICK, 1994 apud STAINBACK e STAINBACK, 1999, p.31)

O AEE não pode ser confundido com um atendimento clínico, nem com um reforço escolar, apesar de muitos esperarem que isso ocorra. Esse atendimento é muito diferente, pois complementa e /ou suplementa o currículo escolar trazendo ao aluno os recursos pedagógicos que este necessita e desenvolvendo as habilidades e potencialidades em detrimento das dificuldades. Como é um atendimento complementar ou suplementar, deve se distinguir do trabalho realizado em sala de aula comum. Apesar de ser um trabalho pedagógico, é desenvolvido partindo das necessidades específicas de cada aluno, assim sendo caracterizado como um atendimento e não uma aula. É neste espaço de atendimento educacional especializado que o professor especialista deve oferecer recursos que visem o desenvolvimento da criatividade, das capacidades cognitivas e principalmente do incentivo ao aluno se expressar e participar de todos os espaços e momentos escolares.

3.1 O PAPEL DO PROFESSOR DE AEE

O professor especialista de AEE precisa realizar uma interlocução entre todos os envolvidos no processo de adaptação e inclusão dos alunos. Deve estar atento as necessidades individuais destes alunos, buscando parcerias e recursos que facilitem seu processo de aprendizagem. Também, cabe ao professor de AEE fazer o acompanhamento se estes recursos estão sendo funcionais e aplicados no dia a

dia da sala de aula. A nota técnica nº 24/2013 do MEC/SECADI, explica um pouco melhor esta função:

O professor do AEE acompanha e avalia a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola, considerando os desafios que estes vivenciam no ensino comum, os objetivos do ensino e as atividades propostas no currículo, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua aprendizagem. Este atendimento prevê a criação de redes intersetoriais de apoio à inclusão escolar, envolvendo a participação da família, das áreas da educação, saúde, assistência social, dentre outras, para a formação dos profissionais da escola, o acesso a serviços e recursos específicos, bem como para a inserção profissional dos estudantes. (BRASIL, 2013)

Anterior a esta nota, Ropoli (2010), já fazia essa colocação da importância do professor de AEE acompanhar a trajetória acadêmica dos alunos público-alvo da educação especial. Segundo Ropoli,

O professor de AEE acompanha a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular, para atuar com autonomia na escola e em outros espaços de sua vida social. Para tanto, é imprescindível uma articulação entre o professor de AEE e os do ensino comum. (Ropoli, 2010, p. 23)

Todas as legislações e artigos sobre o Atendimento Educacional Especializado acessados e lidos até o momento, sempre destacam a importância desta articulação para que o trabalho tenha um bom resultado. Mais uma vez na nota técnica nº 24/2013 do MEC/SECADI, destaca a importância da interlocução para que realmente se efetive o currículo e que esta articulação deve se dar no próprio turno em que o aluno estuda.

Os professores das classes comuns e os do AEE devem manter interlocução permanente com o objetivo de garantir a efetivação da acessibilidade ao currículo e um ensino que propicie a plena participação de todos. Para o cumprimento de seus objetivos, o AEE não poderá prescindir de tal articulação, devendo os profissionais do turno de matrícula do aluno proporcionar condições para que tal articulação seja possível. (BRASIL, 2013)

Aos gestores escolares fica a incumbência de organizar esses tempos dentro do espaço escolar tendo em vista o benefício para a qualidade de ensino de todos os alunos. Ropoli destaca quais os eixos privilegiados de articulação entre os professores e equipe gestora/pedagógica na construção de uma escola inclusiva.

As funções do professor de Educação Especial são abertas à articulação com as atividades desenvolvidas por professores, coordenadores pedagógicos, supervisores e gestores das escolas comuns, tendo em vista o benefício dos alunos e a melhoria da qualidade de ensino.

São eixos privilegiados de articulação:

- a elaboração conjunta de planos de trabalho durante a construção do Projeto Pedagógico, em que a Educação Especial não é um tópico à parte da programação escolar;
- o estudo e a identificação do problema pelo qual um aluno é encaminhado à Educação Especial;
- a discussão dos planos de AEE com todos os membros da equipe escolar;
- o desenvolvimento em parceria de recursos e materiais didáticos para o atendimento do aluno em sala de aula e o acompanhamento conjunto da utilização dos recursos e do progresso do aluno no processo de aprendizagem;
- a formação continuada dos professores e demais membros da equipe escolar, entremeando tópicos do ensino especial e comum, como condição da melhoria do atendimento aos alunos em geral e do conhecimento mais detalhado de alguns alunos em especial, por meio do questionamento das diferenças e do que pode promover a exclusão escolar. (ROPOLI, 2010, p. 19)

No estudo das legislações sobre o Atendimento Educacional Especializado também encontramos na resolução n. 4, as atribuições deste profissional:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009)

Como se pode perceber, as atribuições deste profissional vão muito além do atendimento especificamente na Sala de Recursos Multifuncional. O AEE dentro da SRM, destina-se ao desenvolvimento das habilidades individuais elencadas após a avaliação do aluno e descritas no plano de atendimento do mesmo. Porém, maior

parte do tempo deste profissional será destinado a todas as suas outras atribuições, pois precisa acompanhar a inclusão deste aluno em todo o espaço escolar e não realizar um trabalho isolado, o que remete ao que era desenvolvido anteriormente nas classes especiais segregadoras. Complementando as afirmativas anteriores, segundo Alves & Gotti, ao professor do AEE cabe,

... preparar material específico para uso na sala de recursos; orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular; indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade. (ALVES, GOTTI, 2006, p. 270)

Assim, o papel do professor de AEE vai muito além do atendimento na Sala de Recursos Multifuncional, se diferencia do reforço escolar e do atendimento clínico, estando presente em todos os momentos e espaços da escola. Muito mais importante que o atendimento individualizado para o aluno no contraturno é a articulação e a troca com o professor de sala comum, a orientação a família e a busca pela acessibilidade, não só arquitetônica, mas principalmente, a acessibilidade a conteúdos escolares.

3.2 O PAPEL DA DIREÇÃO FRENTE À INCLUSÃO

O diretor escolar e sua equipe tem um papel primordial quando se fala de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais e/ou com deficiências, já que este deve ser um incentivador de ações pedagógicas que promovam a inclusão. Muito do que se desenvolve dentro da escola parte das concepções deste gestor, que também é um educador. O diretor escolar, muito além de cumprir seu papel de administrador, deve conhecer e participar de todo o pedagógico da escola, deve desenvolver seu papel de forma que atue em todas as instâncias escolares e tenha conhecimento de todos os acontecimentos dentro da escola.

A equipe, que atua juntamente com esse diretor, deve trabalhar numa mesma linha, em consonância com a proposta pedagógica da escola. Para isso é muito importante a construção do projeto pedagógico ou proposta pedagógica como citado por algumas bibliografias, onde toda a comunidade escolar poderá colocar seus desejos e planejar ações para alcançar seus objetivos. De acordo com Vasconcellos (2000), “a equipe de coordenação escolar tem por função articular todo o trabalho

em torno da proposta geral da escola e **não ser um elemento de fiscalização**, de controle formal e burocrático” (p. 160, grifo do autor).

Mais adiante, o mesmo autor, referindo-se a equipe diretiva, coordenação e orientação da escola, destaca que “a equipe escolar pode ser um interlocutor privilegiado para o professor, discutindo sua prática, sugerindo leituras para aprofundamento, acompanhando e articulando o trabalho, superando a marca histórica de controle e burocracia” (VASCONCELLOS, 2000, p. 161).

3.3 O PAPEL DO PROFESSOR DA SALA COMUM FRENTE À INCLUSÃO

O professor é o gestor da sua prática pedagógica. Tem um papel importantíssimo no processo de ensino e transmissão da cultura de geração a geração. O papel do professor vem mudando, assim como a sociedade, a cultura, os paradigmas e os conceitos vêm se aperfeiçoando. “Pensar no papel do professor no atual estágio da sociedade é identificar uma multiplicidade de ações diferentes para a mesma função” (KENSKI, 2001, p. 95).

Em uma sala de aula com uma diversidade de alunos, oriundos de culturas diferentes e com características biopsicossociais bastante distintas, há a grande necessidade de um novo perfil de professor. Necessita de um professor engajado com a proposta de ensinar, que não se satisfaz com o mínimo de alguns, mas que quer o máximo de todos os seus alunos, um professor que busca novas e diferentes alternativas sempre, que estuda e constrói o conhecimento junto com os seus alunos, dentro das suas potencialidades. Segundo Mantoan,

O professor que ensina a turma toda não tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didático-pedagógicos básicos. Ele partilha com seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula; trata-se de um profissional que reúne humildade com empenho e competência para ensinar (MANTOAN, 2009, p. 65).

Porém, construir novas práticas sem que haja uma mudança nos currículos escolares, uma grande mudança nas escolas e as mínimas condições de acessibilidade é uma tarefa muito difícil para o professor. Muitas vezes, este professor estuda, tem boa vontade, planeja, pesquisa, busca conhecimentos, mas quando tenta por em prática as suas metodologias não tem apoio dentro da própria escola, famílias e mantenedoras, não tem materiais e recursos mínimos, a não ser

que disponibilize de seu próprio bolso, e ainda é criticado por estar querendo fazer diferente. Para Montoan,

Tanto a escola comum como a escola especial tem resistido às mudanças exigidas por uma abertura incondicional às diferenças. Uma das mais sérias e influentes razões para que essa situação se mantenha é a neutralização dos desafios que a inclusão impõe ao ensino comum e que mobilizam o professor a rever e a recriar suas práticas e a entender as novas possibilidades educativas trazidas pela escola para todos. (MANTOAN, 2009, p.31)

De acordo com Moreira e Candau (2003) “Construir o currículo com base nessa tensão não é tarefa fácil e irá certamente requerer do professor nova postura, novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação” (p. 157). Assim, fica mais fácil seguir com as mesmas práticas, repetindo a mesma forma de ensinar que vem se passando de geração a geração, do que receber críticas e não ser aceito até mesmo dentro da própria escola por estar tentando fazer a diferença primando pela aprendizagem dos alunos. Ainda Moreira e Candau dizem que

Tais mudanças nem sempre são compreendidas e vistas como desejáveis e viáveis pelo professorado. Certamente, em muitos casos, a ausência de recursos e de apoio, a formação precária, bem como as desfavoráveis condições de trabalho, constituem fortes obstáculos para que as preocupações com a cultura e com a pluralidade cultural, presentes em muitas propostas curriculares oficiais (alternativas ou não), venham a se materializar no cotidiano escolar. Mas, repetimos, **não se trata de uma tarefa suave**. (MOREIRA e CANDAU, 2003, p. 157, “*grifo nosso*”)

E como não se trata de uma tarefa suave, como citaram os autores acima, o professor precisa ser humilde e reconhecer que muitas vezes precisa voltar a estudar, por isso que se fala em formação continuada de professores, que precisam desconstruir práticas para construir novas formas de aprender e ensinar. Para ensinar, o professor precisa estar em constante aprendizado, precisa conhecer seus alunos, suas habilidades e potencialidades e estar atento a todo o processo de ensino, visando uma aprendizagem com significado para a vida dos alunos. Mantoan diz:

Certamente um professor que engendra e participa da caminhada do saber com seus alunos e mediado pelo mundo consegue entender melhor as dificuldades e as possibilidades de cada um e provocar a construção do conhecimento com maior adequação. (MANTOAN, 2009, p. 65).

A capacidade de fazer e executar um bom planejamento é uma das principais características de um professor. Ao planejar sua aula, o professor deve pensar para quem se destina essa aula, para quem ele está planejando essa aula. O professor não deve elaborar a sua aula, desenvolver seus objetivos para satisfazer a sua própria expectativa. A aula deve ser planejada para aqueles alunos que estão dentro daquela sala de aula. Cada turma tem suas características e para cada uma delas o professor deverá utilizar planejamentos diferentes. Segundo Florisbal (2017)

Planejar é preciso! Planejar é pensar, organizar, analisar e definir objetivos e estratégias para o bom desenvolvimento das aulas. Quando há um planejamento prévio há uma maior chance dos objetivos serem atingidos. O planejamento faz parte do nosso dia-a-dia, tudo na nossa vida precisa de planejamento, de organização, de um objetivo com expectativa de resultados, de metodologias que levem a um produto final. (p. 178)

Em turma, numa mesma sala de aula, há uma diversidade de alunos, cada um com características biopsicossociais diferentes, oriundos de famílias diferentes, com características bem peculiares. Dentre esses alunos há aqueles que apresentam algumas necessidades educativas especiais, isto é, que precisam que o professor proponha diferentes formas de aprendizagem do mesmo conteúdo para que tenham acesso ao ensino da mesma forma que o restante da turma. Quando o professor prepara a sua aula com diferentes abordagens para o mesmo conteúdo, a turma toda se beneficia e ocorre a inclusão, pois a inclusão é quando todos aprendem juntos, quando todos participam de acordo com suas potencialidades.

Neste momento o professor de ensino comum tem como seu grande aliado o professor de AEE, que poderá estar ao seu lado auxiliando no planejamento, pois conhece os aspectos biopsicossociais do aluno com necessidades educativas especiais e as práticas de ensino que poderão favorecer a sua aprendizagem. Para Santos:

Mesmo que os conteúdos do AEE não precisem ser relacionados diretamente com o ensino da sala de aula comum, é importante a interação entre os professores do AEE e da sala de ensino comum para uma maior efetividade do trabalho de ambos. Por consequência, o professor de ensino regular tem a possibilidade de conhecer mais peculiaridades do aluno, ao passo que o professor pode ter acesso ao modo como o aluno se comporta em sala de aula comum. Essa relação cooperativa deve ocorrer inclusive com o compartilhamento do plano,... (SANTOS, 2012, p. 944)

O planejamento, quando realizado em parceria entre os professores, auxilia no trabalho de ambos os professores e auxilia na promoção da inclusão do aluno nos diferentes espaços escolares. Mesmo que o trabalho do atendimento educacional especializado seja diferente do realizado em sala de aula, ele vai complementar e suplementar este, dando o amparo que o professor de sala comum precisa para trabalhar este ou aquele conteúdo. É muito importante então que este planejamento esteja em consonância um com o outro para se complementarem, pois o aluno só terá a se beneficiar.

4 METODOLOGIA

Há homens que lutam por um dia e são bons; há outros que lutam por um ano e são melhores; há outros, ainda que lutam por muitos anos e são muito bons; há, porém, os que lutam por toda a vida, estes são os imprescindíveis.

(BERTOLD BRECHT)

A pesquisa será realizada utilizando a abordagem qualitativa, com o intuito de esclarecer e minimizar a problemática levantada. Chizzotti (2003), ao falar sobre a pesquisa qualitativa, define de uma forma muito compreensível o termo “qualitativo”.

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221)

Tendo como tipo de pesquisa a pesquisa participante, também chamada de pesquisa ação, que é aquela em que o pesquisador está inserido no contexto e busca intervir na realidade, promovendo a superação de uma dificuldade, de um problema. Assim, Brandão e Borges dizem que

[...] a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa. (BRANDÃO e BORGES, 2007, p.53)

Os instrumentos de coleta de dados serão a observação diária na escola, verificando como se conduzem os processos inclusivos no dia a dia e o uso de questionários para o público em estudo para conhecer as concepções e ideias a respeito do tema pesquisado. Gil (2008) apresenta vantagens e desvantagens na utilização do questionário e o define da seguinte maneira:

...como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 2008, p. 121)

Dentre as vantagens expostas pelo autor e escolhidas para esta pesquisa foi à possibilidade de os entrevistados responderem no momento que tivessem um tempo, já que são poucos os momentos de encontro além do horário do recreio escolar. Dentre as desvantagens temos o fato de que muitos destes questionários não são respondidos ou respostas podem ser interpretadas de forma diferente, por falta de compreensão crítica, pelo pesquisador ao fazer a análise dos dados.

Já a entrevista estruturada tem por objetivo a coleta de dados e será utilizada para coletar os dados da estrutura e funcionamento da escola. Para Gil (2008), “é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (p. 109). Complementando a metodologia com a utilização do Projeto pedagógico e do Regimento Escolar, para verificar e confrontar as informações coletadas com o que tem documentado.

5 SOBRE A PESQUISA

(...) em vez de se sublinhar a idéia da integração, acompanhada da concepção de que se devem introduzir medidas adicionais para responder aos alunos especiais, num sistema educativo que se mantém, nas suas linhas gerais, inalterado, assistimos a movimentos que visam a educação inclusiva, cujo objectivo consiste em reestruturar as escolas, de modo a que respondam às necessidades de todas as crianças.

(AINSCOW)

Foi realizada uma entrevista estruturada com a diretora e com a vice-diretora do turno da noite da escola para falar sobre a estrutura e funcionamento da escola e posteriormente, quando surgiram dúvidas durante a escrita do trabalho, recorreu-se a diretora novamente, para esclarecer questões como sobre a construção do PP. A partir da entrevista com as duas foram levantadas as informações descritas a seguir.

A escola da rede municipal funciona em três turnos (manhã, tarde e noite), atendendo ao ensino fundamental regular e a educação de jovens e adultos. No ensino fundamental anos iniciais atualmente conta com uma turma de cada ano, totalizando 118 alunos. No ensino fundamental, anos finais são 5 turmas, totalizando 114 alunos, sendo que neste ano tem duas turmas de 6º ano onde encontram-se o maior número de alunos com necessidades educativas especiais (destes 5 possuem diagnóstico e outros encontram-se em avaliação). Na educação de jovens e adultos são 113 alunos matriculados distribuídos em 8 turmas. A escola conta com 26 professores no ensino fundamental e 10 professores na EJA, destes, alguns ocupam cargos de orientação, direção, supervisão e duas professoras estão cumprindo horas com oficinas de aprendizagem até meados de maio quando irão se aposentar. São nove funcionários distribuídos nos três turnos e atualmente conta com 4 monitores itinerantes contratados por CIEE.

São 9 alunos público-alvo da educação especial com diagnóstico concluído incluídos nas salas de aulas neste ano, porém vários outros com suspeitas, mas que ainda não foram comprovadas. Dentre os casos diagnosticados são transtorno do espectro autista, deficiência intelectual, deficiência física, baixa visão e alunos limítrofes, mas que apresentam grandes comprometimentos. Além desses vários alunos que não se encaixam na legislação da educação especial, mas se beneficiam

dela de acordo com a proposta da escola que são os casos de dislexia (2 diagnosticados), TDAH e dificuldades acentuadas de aprendizagem. A escola oferece o Atendimento Educacional Especializado no contraturno para estes alunos e para alunos de uma escola vizinha que não conta com a Sala de Recursos Multifuncional. Também são atendidos na SEM os alunos com Dislexia, TDAH e algumas dificuldades de aprendizagem quando sobram alguns horários.

O índice do IDEB da escola é de 5,6 e a meta era 5,7. A escola conta com uma infraestrutura bastante precária e está em obras quase concluídas de sua ampliação. Algumas partes do prédio da escola existem desde a sua fundação há 58 anos. A escola foi crescendo ao longo dos anos e hoje conta com 8 salas de aulas (algumas das mais antigas muito pequenas), sala de vídeo, secretaria, almoxarifado, biblioteca, refeitório, cozinha, sala de professores, direção, supervisão, sala de recursos multifuncional, banheiros e quadra de esportes aberta. Quanto a parte que está quase pronta, esta possui quatro salas de aulas em tamanho ideal e banheiros novos. A escola conta com a participação efetiva do CPM e do Conselho escolar, instâncias colaborativas e atuantes no dia a dia da escola.

Durante o período da pesquisa foram distribuídos 28 questionários para professores, diretores, vice-diretores, supervisores, orientadores, dos três turnos. Alguns dos que receberam o questionário exercem funções diferentes em cada turno, sendo professor em um turno e supervisor, orientador ou vice-diretor em outro; outros exercem a mesma função em mais de um turno escolar. Destes retornaram 11 questionários de professores e 3 de diretores escolares. Supervisão pedagógica e Orientação escolar dos três turnos da escola não participaram da pesquisa.

A justificativa dos supervisores, orientadores e alguns professores que não entregaram o questionário foi que eles têm muito trabalho burocrático na escola para fazerem e por isso não conseguiram ter tempo para responder ao questionário. Mas também se percebe que quando o assunto é inclusão, que há certa resistência do grupo em falar, em dar sua opinião. Um grande número de professores fala de inclusão ainda com muitos estigmas, com muitos rótulos, com muito preconceito. Há uma preocupação muito grande com os laudos, com a visão médica, em detrimento da preocupação com o pedagógico.

Algumas características do perfil dos professores/diretores que participaram desta pesquisa podem ser observadas nos gráficos disponibilizados a seguir:

Gráfico1: Nível de Formação

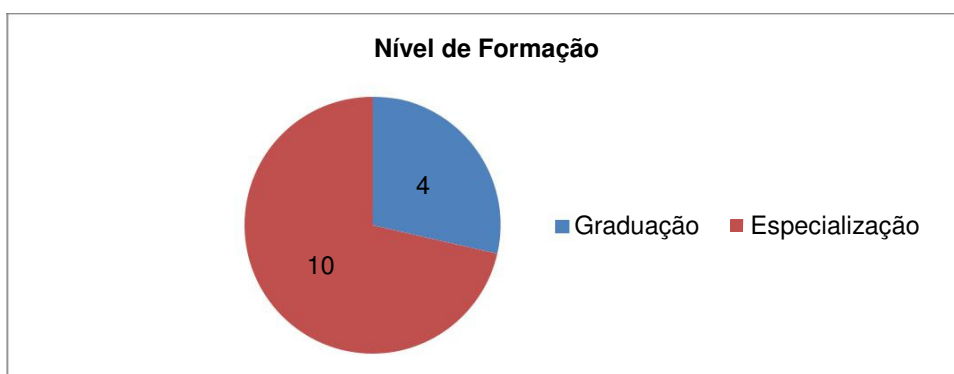


Gráfico 2: Tempo de atuação

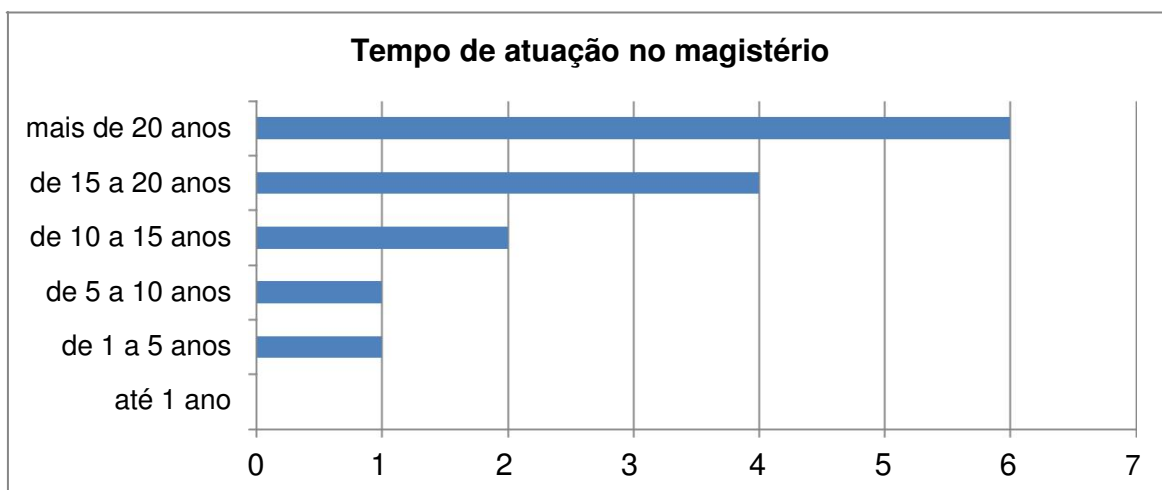
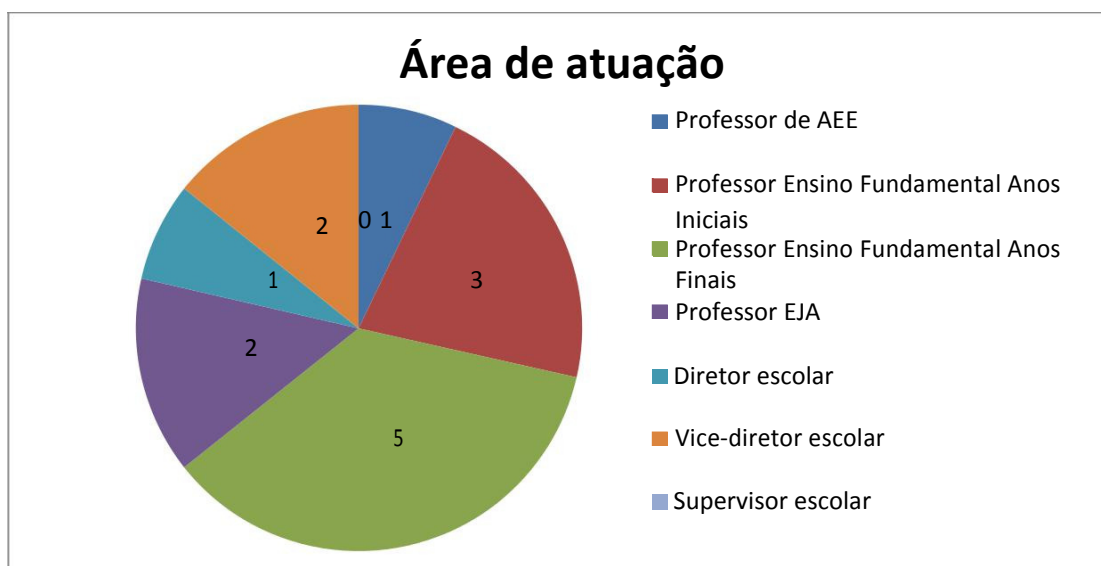


Gráfico 3: Área de atuação



Quando questionados sobre o conceito de escola inclusiva, tanto professores quanto equipe diretiva parecem ter claro que “uma escola inclusiva deve contemplar todos os alunos de forma integral, reconhecendo e valorizando as diferenças” (Professora 3), que “toda a criança tem direito fundamental à educação [...] a escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas” (Professora 4).

Em relação à segunda parte da questão, alguns entrevistados consideram a escola inclusiva, outros acham que está no caminho. O que corrobora com as resposta do diretor 1 quando disse que “ainda tem que haver mudança de atitudes e pensamentos dos envolvidos”, do professor 1 que fala que “a escola procura ser inclusiva com a adaptação de conteúdos, mas falta materiais e monitores qualificados”, do professor 3 que afirma que não considera “a escola totalmente inclusiva devido a falta estrutural da mesma e o despreparo da maioria dos professores”, juntando a estas afirmações, “Escola inclusiva significa longe de preconceitos, onde a boa vontade e o bom senso dos profissionais deve ser imprescindível. A escola também deve estar preparada para a inclusão (o que não acontece)” (professor 9) e que a escola é inclusiva “em parte, porque nem todos estão engajados na proposta”(diretor 3). Mas e que proposta seria essa? A proposta pedagógica da escola? E o que temos como proposta pedagógica no projeto pedagógico desta instituição?

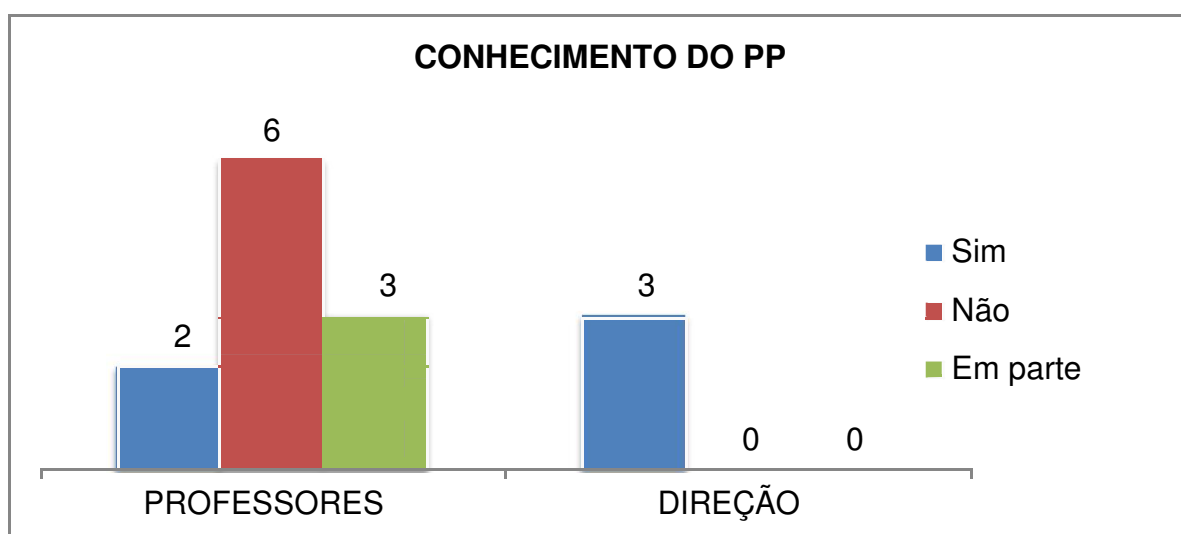
A minha escola apesar de proporcionar matrículas a todos os alunos, inclusive de crianças, antes chamadas de especiais não merece, só por isso, ser chamada de escola inclusiva. Entendo que para ser uma escola inclusiva há necessidade de várias mudanças a fim de garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem. Entre as mudanças deveria fazer a reestruturação física nos prédios da escola, com a construção de acessibilidade; falta de profissionais com qualificação do ensino especial e a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos. (professor 7)

Sobre o conhecimento do projeto pedagógico, como pode ser observado no gráfico a seguir, a grande maioria dos professores diz que não o conhece, que nunca teve acesso. Sabem que tem o documento na escola, mas não participaram da construção e não sabem o que o mesmo prevê na área da educação especial. “Eu conheço bem somente uma parte do PP da escola, pois foi esta que participei da construção, até já olhei rapidamente todo o documento, mas não me detive em fazer a leitura de todo” (professora 10). Falta gestão, falta administração do tempo e

dos espaços de formação dentro da jornada escolar, onde os professores possam conhecer ao menos o projeto da escola e a finalidade da educação que exercem.

Questionada pessoalmente a diretora atual da escola sobre a construção do PP, ela relatou que o projeto pedagógico sempre foi construído com a participação de todos, professores, equipe pedagógica, equipe administrativa, funcionários, pais, conselhos e comunidade em geral. Relatou também que nos últimos anos foi necessário fazer pequenos ajustes no PP e que neste momento não houve o envolvimento de todos, somente de alguns setores, por exemplo, na parte da educação especial, que foi feito pela professora de AEE e revisado pela direção e supervisão da escola. Também acrescentou que em seguida a escola começará a realizar uma nova construção do PP, que a supervisão já está organizando momentos para fazer as reuniões com os professores para a reestruturação do documento.

Gráfico 4: conhecimento do PP



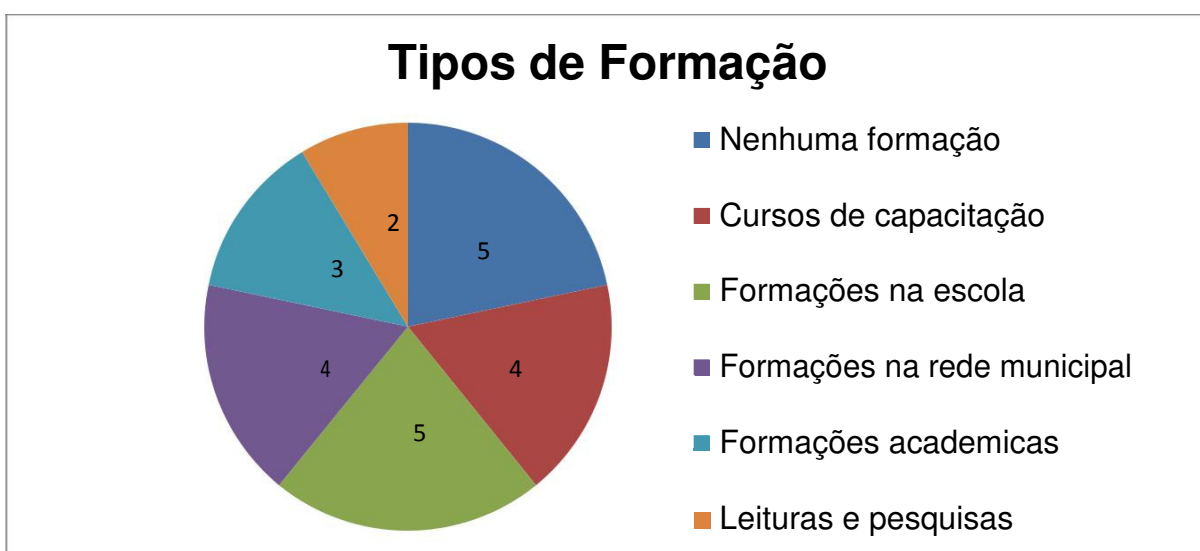
De acordo com as informações dos entrevistados, a escola atende a alunos com transtorno do espectro do autismo, baixa visão, deficiência visual, dislexia, limítrofes, deficiência intelectual e dificuldades de aprendizagem. Em nenhuma das entrevistas foi especificado quais destes realmente seriam público-alvo da educação especial, assim como alguns não responderam esta questão. Consta-se que ainda existem muitas dúvidas e incertezas de quem seriam os alunos público-alvo da educação especial e a falta de conhecimento sobre os casos que estão sendo

atendidos na escola, falta de aprofundamento e realmente estudo de caso para conhecer o aluno que está dentro da sala de aula.

Para conhecer as diferentes necessidades educativas especiais, os diferentes transtornos e deficiências e estar apto a atuar com estes alunos os professores necessitam de seus conhecimentos pedagógicos, assim como de formações que os capacitem a atuar na diversidade, já que hoje as salas de aula não são homogêneas como se diziam há muito tempo atrás.

O MEC, em sua política de formação de professores, disponibiliza cursos de capacitação em diversas áreas, de forma EAD e gratuitos e institui em suas políticas e legislações na formação de professores, disciplinas que capacitem para atender a diversidade e a inclusão. Essas disciplinas já fazem parte do currículo das universidades em todos os cursos de formação de professores nos dias atuais. Porém essa é uma realidade que se pode dizer ainda recente, já que na educação tudo leva um tempo até que realmente se torne realidade. No gráfico a seguir se pode fazer um comparativo do tipo de formação recebido pelo grupo de educadores que respondeu a entrevista.

Gráfico 5 – Tipos de formação



Alguns professores relatam que não receberam nenhum tipo de formação para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, outros receberam formações na própria escola ou na própria rede municipal e buscaram

também de acordo com as necessidades. Os entrevistados destacam que todo o tipo de formação é importante, mas que para sentir-se “capacitada seria necessária uma formação que auxiliasse de forma prática (com exemplos) como atender essas crianças” (professor 2), também a importância da “socialização de conhecimentos construídos” (professor 4).

A escola tem professor especialista em educação especial: atendimento educacional especializado que acompanha os três turnos. Dentre as funções deste professor, a equipe diretiva destaca o atendimento na sala de recursos multifuncional, o apoio aos professores e pais da escola, desenvolvendo um trabalho colaborativo acompanhando o aluno na sala de aula regular. Para os professores, a função deste é o atendimento na sala de recursos multifuncional, o suporte aos professores, auxiliar no trabalho diário dos professores, sanar dúvidas quanto ao trabalho realizado, investigar novos casos, preparar as aulas para os alunos com deficiências/dificuldades, acompanhar os alunos na sala de aula regular, promover a inclusão dos alunos, desenvolver habilidades e competências nos alunos com necessidades educativas especiais. “A função é de orientar, reorganizar tarefas e atividades que colaborem nas aulas dos professores” (professor 8). Dentre as funções do professor de AEE, as mais citadas pelos professores e diretores da escola foram o atendimento da sala de recursos multifuncional e o suporte aos professores.

A relação entre direção, supervisão pedagógica, professores de sala inclusiva e professor de atendimento educacional especializado se dá de forma cooperativa em quase todos os momentos apesar de ser “um tanto divergente” (professor 5) em alguns momentos. O consenso dos professores e diretores foi quase total quando dizem que os momentos de trocas ocorrem basicamente nas reuniões pedagógicas, que são muito poucas durante o ano letivo, sendo que falta muito tempo e espaço para discussão e trocas entre os diversos seguimentos da escola. Alguns professores relatam que buscam por orientações e informações sempre que necessitam, não aguardando somente pelos momentos de reuniões pedagógicas que são mais escassos. “A professora da Sala de Recursos faz um bom trabalho, dando suporte aos professores, [...] se reúnem e conversam entre os professores e a professora de AEE” (diretor 3) complementando com o professor 9 “talvez seja necessário mais tempo para que possa realizar um trabalho melhor elaborado”.

A equipe diretiva da escola relata que “o diretor tem mais condições de melhorar as condições pedagógicas que as físicas, por depender de condições físicas. Mas as duas são de suma importância” (diretor 1). Dentre as ações consideradas importantes, a equipe diretiva citou: manter em funcionamento a sala de recursos multifuncional, promover capacitação para o professor de AEE e os demais professores, suprir as necessidades de materiais pedagógicos para a SRM, oferecer um ambiente físico favorável, organizar momentos significativos com os pais, ter responsabilidade e amor por todos os alunos, realizar as adaptações curriculares necessárias, oferecer turno integral e atividades que integram toda a comunidade escolar.

Os professores citam como ações para assegurar à inclusão a oferta de cursos, palestras e estudos dos casos atendidos na escola, a aceitação da inclusão por parte dos professores como necessário para uma convivência saudável, profissionais qualificados enviados pela mantenedora, integração do professor da sala de recursos com o da sala regular, adaptações curriculares, atendimento aos alunos na sala de recursos e encaminhamento dos alunos aos profissionais competentes.

Os professores relatam que “Com poucos recursos que a escola possui, procura adaptar as necessidades a esses recursos. Nota-se empenho do gestor, mas pouco apoio da SME” (professor 1), complementando “Acredito que o gestor seja a ‘chave’ para a recepção e a manutenção destes alunos, equipando a escola e os professores tanto com material apropriado para o trabalho quanto com suporte pedagógico”(professor 2) e “... reuniões constantes visando estratégias de apoio aos alunos com deficiência, bem como aos demais para que aceitem a inclusão como algo importante e necessário para uma convivência saudável” (professor 7).

Percebe-se aí a necessidade da formação continuada de todos que trabalham na escola. A formação para a inclusão deve capacitar desde o porteiro, que recebe o aluno, o secretário, o professor, os funcionários, a direção, supervisão, os monitores, enfim, todos que estão envolvidos na educação.

Quando questionados sobre o que é necessário para que a inclusão ocorra de forma efetiva na sua escola, professores e diretores elencaram algumas dificuldades que estão dispostas no quadro a seguir. Pode-se observar que as dificuldades são basicamente as mesmas, quando comparadas e analisadas.

Quadro 2 – Dificuldades enfrentadas para que a inclusão se efetive

Professores	Diretores
Falta de material adequado; Falta de instrumentos de trabalho;	Carência de material pedagógico;
Falta de apoio dos colegas;	Apoio de alguns colegas; Colaboração;
Professores despreparados; Mais professores especializados e preparados para o atendimento; Professores aptos para trabalharem quando surgirem os casos; Falta de conhecimento e literatura adequada;	Falta qualificação dos professores
Falta de acessibilidade; Espaço físico especialmente para alunos com limitações motoras; Estrutura inadequada	Acessibilidade; Espaço físico;
Dificuldades de relacionamento com os alunos e aceitação aos alunos especiais; Preconceito por parte de alguns professores; Barreiras atitudinais por trás de discursos de inclusão.	Intenção de todos os professores e pais;
Convivência entre os alunos;	
Monitores sem qualificação, pois é necessário um profissional especializado, habilitado para acompanhar estes alunos.	
Falta de laudos completos de especialistas dos alunos; Valorização da visão médica das PcDs;	

Para que ocorra a articulação e momentos de intercâmbio de experiências entre os professores de sala comum e professor especialista em AEE, há poucos momentos e a rede municipal ainda não conseguiu organizar a carga-horária de 1/3 de planejamento dentro do período de trabalho. É necessário mudanças no plano de carreira do magistério municipal e o município está estudando essas mudanças que já deveriam ter sido implantadas para o cumprimento das metas do PNE.

De acordo com a visão dos professores, o que ocorre são basicamente reuniões entre o professor de AEE e o professor da sala inclusiva. “As únicas ações são reuniões, onde cada professor relata suas dificuldades e experiências em sala de aula. Procura-se seguir os passos daqueles que já estão mais adaptados com a situação.” (professor 7) Nessas reuniões são discutidos os casos e o professor especialista passa às orientações de acordo com o que é solicitado pelo professor e

do que ele tem presenciado no dia a dia da escola. A equipe diretiva da escola precisa estar seguidamente mediando conflitos, pois estas orientações muitas vezes são vistas como interferências no trabalho do professor e o que era para somar acaba por se tornar uma relação conflituosa. A equipe diretiva também concorda que as ações tomadas são as reuniões entre os professores e a professora de AEE.

A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais é sempre um desafio para a equipe diretiva, pois é necessário que ocorra muitas mudanças, primeiramente apoiar e preparar os professores nas metodologias que envolvem a educação inclusiva. Especificamente em relação a sala de AEE e os professores de sala comum. A equipe diretiva e a coordenação pedagógica promovem reuniões entre professores e a professora da sala de AEE visando sempre um processo de formação que tenha como objetivo respeitar a diversidade, garantindo assim a convivência e aprendizagem de todos os alunos. (diretor 2)

Dentro do que é previsto nas legislações e políticas públicas da educação especial, a escola vem tentando se organizar a cada dia, a cada novo desafio, a cada nova necessidade. “Sempre se reorganizando, de acordo com as exigências de cada aluno que atendemos” (professor 8), complementando com a fala de uma das diretoras que relata que nem tudo depende da escola, já que muito ainda tem que ser feito em relação a estrutura física: “Estamos tentando cumprir todas as leis em relação a parte pedagógica dos alunos especiais, a parte da estrutura física ainda não está nas normas legais” (diretor 1). Já para outra diretora a escola está proporcionando o que é previsto nas legislações e políticas públicas:

A escola atende diversos alunos com necessidades educativas especiais proporcionando atividades adaptadas de acordo com a dificuldade de cada aluno pelos professores de sala comum e atendimento especializado individual com a professora especialista em AEE. (diretor 2)

Sobre o papel do professor de ensino comum frente à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em sala de aula, estes destacam a necessidade de “Estudar mais, pesquisar sempre, manter-se sempre atualizado no seu planejamento” (professor 8). E destaca-se na fala dos professores e diretores a palavra “planejamento”, sendo uma peça chave para o ensino de todos os alunos.

O planejamento do professor frente à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais deve ser num sentido muito mais amplo, que possa atender a todos os discentes. Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino os educadores devem observar mais as competências e habilidades dos alunos e não apenas as dificuldades. (diretor 2)

O papel do professor deve ser de ensinar para “Promover o aprendizado efetivo” (diretor 1) de todos os alunos da turma, independente de suas características pessoais e promover a participação de todos em todos os momentos do processo para chegar a aprendizagem.

O papel do professor de ensino regular é fundamental, sem mediação do professor não há inclusão. Se o professor não tiver preparo pedagógico e apoio estrutural, corremos o risco de além de não gerarmos inclusão contribuirmos para a insatisfação, discriminação, preconceito e conflitos. Todo cuidado é pouco e merece uma profunda reflexão a educação inclusiva conforme preceitua as leis da educação. (professor 7)

Para finalizar o trabalho, buscou-se a análise o Projeto Pedagógico e do Regimento Escolar da instituição, detendo-se nos itens destinados aos alunos com necessidades educativas especiais, a educação especial, ao atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e adaptações curriculares. A pesquisa foi realizada em todo o documento, tanto no PP quanto no Regimento, porém este tema sempre foi encontrado em capítulos separados do restante. Ambos os documentos são atuais, aprovados pela mantenedora e estão vigentes este ano. De acordo com a direção da escola, serão reformulados em seguida de acordo com as mudanças da BNCC que estão em estudo este ano.

Uma questão que foi observada inicialmente foi o fato de que, aparentemente, um documento não tem relação com o outro em alguns itens. Por exemplo: o Regimento Escolar trata tudo o que se refere à Educação Especial, a Sala de Recursos e ao AEE destinados aos alunos “portadores de necessidades especiais” (p.11) e o “professor da sala de recursos” é considerado “Equipe Multiprofissional” (p.43). Já no Projeto Pedagógico, o direito à inclusão e as práticas metodológicas referem-se quase que exclusivamente aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nos itens que se referem ao Atendimento Educacional Especializado.

Outra questão que aparece bastante confusa é em relação ao número de alunos por turma quando tem alunos com laudo matriculados. No PP consta que

“Poderão ser incluídos no máximo dois alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento em classes comuns do ensino regular, devendo contar com serviço de monitoria e ter redução de 30% da capacidade de alunos da turma” (p. 42 e p. 54), já no Regimento Escolar consta:

Nas instituições onde houver turmas que atendam alunos com necessidades educativas especiais, a Equipe Escolar pode incluir nessas turmas, no máximo 2 (dois) alunos com necessidades semelhantes ou 1 (um) com necessidade diferenciada, devendo ser admitida a lotação máxima de 20 (vinte) alunos nos anos iniciais e 25 (vinte e cinco) nos anos finais do ensino fundamental.

Mais uma observação nos documentos é a repetição de parágrafos e até capítulos inteiros em páginas e sessões diferentes do mesmo documento. Por exemplo, o mesmo texto de quatro páginas é utilizado nos capítulos 10.3 A ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (páginas 41-44) e 13.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, POLÍTICA E PEDAGÓGICA (páginas 52 a 56) que se refere ao AEE. No Regimento também se repete, no capítulo 13.7 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (p. 43) refere-se às atribuições do responsável pela sala de recursos e lista dez atribuições. No capítulo 14.5 SALA DE RECURSOS (p.54), no subtítulo Atribuições do Professor da Sala de Recursos, também lista dez atribuições, algumas são as mesmas apresentadas anteriormente, outras retiradas ou tiveram algumas partes suprimidas e/ou foram desmembradas. Estas observações foram realizadas no que se refere ao assunto pesquisado, mas se repetem em outros itens, em outros capítulos de cada um dos documentos e entre um documento e outro.

Mas enfim, de acordo com o PP e o Regimento da escola existe uma preocupação bem acentuada com a questão do Atendimento Educacional Especializado, realizado pelo professor de AEE, onde a gestão da inclusão dentro da escola aparece diretamente relacionada ao papel deste profissional. O professor de AEE é o responsável pela educação especial e os processos inclusivos, cabendo a ele o papel de promover a inclusão nos espaços escolares, acompanhando a trajetória escolar dos alunos incluídos.

Assim, ao realizar a análise superficial destes documentos, percebe-se que não há consonância entre os mesmos e nem mesmo dentro dos mesmos. Se trouxermos essa análise para o que foi observado no dia a dia da escola e algumas

colocações dos professores e equipe diretiva, percebe-se essa mesma característica no dia a dia, pois ninguém fala a mesma língua, a escola não tem um norte. As orientações passadas por um e por outro profissional não estão em concordância. Em relação à gestão da inclusão na escola, esta se destina em todos os documentos ao professor de Atendimento Educacional Especializado, tendo este toda a responsabilidade sobre os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (que são o público-alvo da SRM e do AEE), assim como pelos alunos com outras necessidades educativas especiais, que são público de inclusão, mas não são da Sala de Recursos Multifuncional de acordo com as orientações do MEC e incluídos no EDUCACENSO.

No quadro abaixo há um comparativo sobre as funções do diretor, do professor de ensino comum e do professor de AEE de acordo com os dois documentos. Destaca-se que a educação especial somente aparece na função do professor de AEE.

Quadro 3: Comparativo entre Regimento Escolar e Projeto Pedagógico

(continua)

	Regimento Escolar	Projeto Pedagógico
Diretor	O diretor é o profissional que representa legalmente a Escola e tem a seu encargo a administração do estabelecimento, dirigindo e superintendendo todas as atividades nela realizadas através das tomadas de decisões conjuntas. (p.32)	O diretor é o profissional que representa legalmente a escola e tem a seu cargo a administração do estabelecimento, dirigindo e superintendendo todas as atividades nela realizadas através das tomadas de decisões conjuntas. (p.63)
Professor	Dentro do capítulo intitulado NORMAS DE CONVIVÊNCIA tem um subtítulo que se refere ao corpo docente. Este mesmo texto se repete tal qual no PP nas páginas 69 – 71, onde também são listados todos os direitos e deveres que aqui não serão citados. 16.1 DO CORPO DOCENTE: Os	A competência, solicitada aos professores, parece ir bem além daquela referida aos saberes específicos às áreas do conhecimento. A estes se deve somar o conhecimento e a capacidade de lidar com os alunos, de trabalhar a informação que chega a sala de aula por vias diversas, de responder as expectativas inerentes a

(conclusão)

<p>Profe ssor</p>	<p>Direitos, deveres e sanções atribuídas aos professores e constantes neste Regimento, embasam-se na legislação específica. O corpo docente é constituído por professores devidamente qualificados a exercer a função na forma da Lei vigente. A escola procede ao levantamento de sua realidade funcional, anualmente, encaminhando-a à Secretaria Municipal de Educação, visando adequar os recursos humanos as suas reais necessidades. (p. 63-64)</p>	<p>uma nova abordagem de currículo, tanto no que diz respeito à seleção de conteúdos quanto ao ensino adotado. Exige-se, portanto, um profissional com saberes diferenciados e com sensibilidade para disponibilizá-los adequadamente. O docente deve ser um orientador construtivo e participativo no processo de conhecimento e da cidadania, preocupando-se com a formação de homens que sejam sujeitos de seu aprendizado. (p. 33-34)</p>
<p>Pro fess or de AEE</p>	<p>Área de atuação: o Atendimento Educacional Especializado atua na área de defesa e garantia dos direitos dos educandos com necessidades especiais, permitindo-lhes o acesso à sala de aula, para um exercício pleno da cidadania e inclusão na família, na escola, no trabalho e principalmente na sociedade. Âmbito de atuação: Na busca de estratégias de intervenção pedagógica para a superação de dificuldades no processo ensino aprendizagem, onde será oferecido atendimento especializado nas áreas cognitivas, pedagógicas e afetivas, bem como apoio aos professores da sala regular e as famílias, através de reuniões e jornadas pedagógicas. (p.53- 54)</p>	<p>Atendimento Educacional Especializado (AEE), com atendimento complementar ou suplementar para o aluno com deficiência, com professor especializado que disponibilizará programas de enriquecimento, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnológicas assistidas. (p. 53)</p>

Outra questão que se levanta ao analisar o Regimento Escolar é quando fala no capítulo que se refere à Sala de Recursos Multifuncional, em diferentes momentos, da importância da participação do professor de AEE nas reuniões pedagógicas, de planejamento, elaboração do PP e Conselhos de Classe. Porém, no capítulo que se intitula Conselho de Classe, se refere à participação somente da direção da escola, da supervisão, da orientação, professor conselheiro e professores da turma. De acordo com o Regimento Escolar, nas atribuições do professor de AEE destaca-se: “O professor da Sala de Recursos deve integrar os Conselhos de Classe e Reuniões Pedagógicas, a equipe escolar quanto aos procedimentos e estratégias de inclusão dos alunos nas classes comuns” (2017, p. 52).

Salienta-se que o professor da sala de recursos deverá participar das reuniões pedagógicas, planejamento, conselhos de classe, elaboração do Projeto Político Pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para promoção da inclusão. (Regimento, 2017, p.57)

Porém, como pode ser observado no capítulo do mesmo documento que se refere ao Conselho de Classe, existe uma contradição dentro do mesmo documento:

O Conselho de Classe congrega os Professores de cada turma, o Professor Conselheiro, o Diretor, o Supervisor Escolar e o Orientador educacional com vistas à avaliação do aproveitamento e acompanhamento da assiduidade do aluno.
A representação discente, bem como dos pais e/ou responsáveis se fará quando necessário.
A coordenação geral do Conselho de Classe é composta pelo Supervisor Escolar, Orientador Educacional e Diretor da Escola. (Regimento, 2017, p. 33)

Com os questionários e entrevista não foi possível perceber o porquê das inquietações iniciais e obter as respostas a todas as perguntas e objetivos desta pesquisa, porém, ao finalizar este trabalho com a análise documental, encontrou-se um norte e abriu-se um leque para muito mais estudo e pesquisa. A relação que a escola apresenta hoje à educação especial, as necessidades educativas especiais e ao atendimento educacional especializado é a mesma expressa em seus documentos.

A leitura do Projeto Pedagógico e do Regimento Escolar espelha a realidade vivenciada atualmente pela escola: são recortes e colagens, são textos sem sentido,

são falas repetidas, são capítulos à parte, como se a educação especial não fizesse parte do todo. São informações desencontradas, são partes agregadas posteriormente ao um todo já construído, são textos desconhecidos. São conteúdos que nunca foram lidos.

A Educação Especial é vista como algo à parte da escola, que deve ocorrer na Sala de Recursos Multifuncional, sob a responsabilidade do professor Especialista em Atendimento Educacional Especializado. Como se pode falar de inclusão se a própria documentação da escola não inclui? Se na própria documentação os alunos com necessidades educativas especiais e os alunos que necessitam de atendimento educacional especializado são tratados apenas em um capítulo à parte.

São documentos que falam de gestão democrática, de formação continuada, de trabalho interdisciplinar, de coletividade, de inclusão, mas que são meramente construídos para o cumprimento de burocracias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Somos, sem dúvidas, homens e mulheres cheios de esperança, pois temos que ter esperança do verbo esperar, porque há outros que têm esperança do verbo esperar, não é esperança, é espera: eu espero que dê certo, espero que funcione, espero que resolva... Esperançar é ir atrás, é juntar, é não desistir.”

(PAULO FREIRE)

As políticas públicas em prol da inclusão existem e precisam ser cumpridas. Os gestores escolares são os profissionais responsáveis para que estas se cumpram dentro das escolas. Têm-se as políticas, registradas, documentadas, a conhecimento de público, mas é necessário que se construam as práticas, que se estude, que se pesquise, que se mostre o que dá certo na inclusão. É preciso que educadores pesquisem e publiquem sobre educação.

Dentro dos objetivos que foram pesquisados foi verificado que existe a interlocução entre professores do ensino comum e professor especialista em AEE e que esta se dá através de reuniões, porém, não foi possível precisar qual a frequência dessas reuniões, percebendo-se assim que ocorrem quando há necessidade. Quanto à compreensão do papel do AEE na escola, ainda não existe clareza por parte dos professores e dos diretores, pois percebem como um atendimento individualizado na Sala de Recursos Multifuncional e a orientação aos professores que esperam que seja o “planejamento pronto”. Esperam do professor de AEE, muitas vezes, que este forneça as aulas prontas, atividades para realizar com o aluno e o restante da turma, assim como a preocupação e a necessidade do laudo. Na realidade, raramente ocorre uma interlocução como deveria ser. O fato de estarem ambos em um mesmo ambiente, em que não há trocas, não há planejamento coletivo e, sim, uma relação gerada pelo stress, pela divergência e pela insegurança, está bem distante do que deveriam ser estes momentos.

A educação especial inclusiva dentro da escola pesquisada é vista como algo pesado, difícil, sofrido, assim, sempre que a direção e a supervisão permitem a participação da professora de AEE nas reuniões pedagógicas, já tem um propósito, é sempre com o objetivo de falar sobre alguma situação ou algo que está causando problemas, sobre algo que não está bem. Assim, vai ocorrendo um distanciamento

entre estes professores, já que muitas vezes sentem-se acuados ou julgados quando o professor de AEE está apenas cumprindo uma ordem que recebeu.

À equipe diretiva cabe o papel de organizar tempos e espaços dentro do período letivo para que os professores possam planejar, produzir materiais adaptados quando for necessário, para alguns alunos e realizar intercâmbio de informações. Esses momentos de articulação entre os professores são fundamentais para dar segurança, principalmente no início de um ano letivo, quando há muitas inquietações e insegurança quanto ao trabalho com os alunos. Porém, a forma como estes momentos são organizados e a maneira como é imposto o trabalho diferenciado para os professores de sala comum, na escola pesquisada, sempre associando tudo o que se refere à educação especial, ao trabalho da Sala de Recursos Multifuncional, juntamente com orientações mal interpretadas por alguns e discordâncias entre supervisão, orientação, professor de AEE e direção, mostram uma grande dificuldade enfrentada em relação à gestão dos processos inclusivos da escola.

O trabalho com o Atendimento Educacional Especializado na escola tem se tornado cada dia mais difícil, os alunos estão ali para serem atendidos, estão ali para aprender juntamente com seus pares, porém, percebe-se que o fato de terem um laudo, justifica sua “não aprendizagem” e “promoção automática”. Conversando com os professores, percebe-se isso, quando afirmam que por mais que o aluno não tenha atingido os objetivos propostos, ele irá aprovar, porque “o coitadinho” tem laudo.

É urgente a necessidade de mudanças na visão da escola em relação às práticas dos professores e a organização do dia a dia da escola. Essas mudanças não se resumem a pequenos ajustes de ordem metodológica, mas sim mudanças de paradigmas, mudanças estruturais e principalmente atitudinais. De nada adianta fingir que se faz inclusão, é preciso muito esforço, estudo, dedicação e principalmente união de todo o grupo.

O papel do professor de AEE vai muito além do atendimento individualizado ou em grupos na SRM. Este professor irá fazer o intercâmbio de informações entre família, escola e profissionais que atendem o aluno, orientando cada segmento sobre as práticas mais adequadas para efetivar a inclusão. O Atendimento Educacional Especializado deve fazer parte do todo da escola, em todos os momentos. O professor especialista irá intervir sempre que necessário orientando e

adaptando os diversos espaços escolares, planejando e organizando recursos de acordo com as peculiaridades individuais de cada educando. Já o professor do ensino comum, deve planejar suas aulas, pensando em todos os alunos da sala e precisa conhecer as necessidades de aprendizagem individuais de cada educando. É o professor do ensino comum que domina o conteúdo da sua disciplina e deve empoderar-se disso para desenvolver planejamentos de acordo com a heterogeneidade de alunos que compõem as salas de aula. Cada um aprende de uma forma, assim, deve dispor diferentes abordagens para um mesmo conteúdo abrangendo toda a sua turma.

A direção da escola precisa organizar os momentos e espaços escolares de forma a atender a demanda da inclusão. Sendo uma escola democrática, deve estar aberta a participação da comunidade escolar no sentido de valorizar as diversas perspectivas em busca de qualidade do ensino. O diretor, como gestor educacional também, deve ser um promotor da inclusão dentro do espaço escolar, incentivando assim, todos ao seu redor. Ao mesmo tempo, em seu papel administrativo é quem busca por recursos financeiros, pedagógicos e humanos para suprir as necessidades da escola. Dentro dessa realidade, percebe-se a dificuldade do diretor da escola pesquisada em resolver muitas questões pedagógicas e administrativas, que como manifestado pela mesma, não dependem da sua atuação dentro da escola e sim da Secretaria Municipal de Educação, principalmente no que diz respeito à gestão de recursos humanos e a infraestrutura escolar, que necessitam de ajustes, mas não tem nada que possa ser feito a não ser acionar a mantenedora.

Falta gestão! Falta gestão pedagógica, financeira, administrativa, enfim, falta gestão democrática. Porém, para que a gestão democrática aconteça de verdade na escola pesquisada, é necessário autonomia, o que ainda é uma utopia, pois acontece apenas no papel, nas leis, porque, na realidade, o que existe mesmo é um monte de burocracias sem sentido para as escolas cumprirem em pouco tempo, com as salas de aulas cheias de alunos.

É preciso união dentro das escolas e que cada um assuma seu papel em busca de um objetivo comum, trabalhando coletivamente dentro de uma proposta pedagógica pensada e elaborada para a realidade local, construída e debatida pelos membros da comunidade, onde todos “falem a mesma língua” e que tenham os mesmos ideais de uma educação de qualidade para todos os alunos e não para alguns apenas. Nos dias atuais, a inclusão não deveria mais estar em pauta nas

discussões, depois de tantos anos em que se luta, que se fala e se defende a inclusão, esta já deveria ser uma realidade.

Diante de todas estas colocações elencadas até o momento, é importante destacar também que a escola é guiada por dois documentos que são de suma importância: o Regimento e o Projeto Pedagógico. Ambos devem ser construídos com a participação de toda a comunidade escolar, onde devem ser elencados os objetivos, normas e propostas da instituição. Estes documentos são um espelho da instituição. Quando estes documentos são construídos sem a participação da comunidade, com cópias de outros documentos, de outras realidades e sem o conhecimento nem mesmo dos professores que trabalham na escola, não se pode falar em gestão democrática, que é o que acontece na escola pesquisada.

As considerações finais na verdade, aqui neste trabalho, estão muito distantes de finais e sim iniciais para uma proposta de aprofundamento, de busca por soluções para estas inquietações. A gestão dos processos inclusivos dentro da escola é responsabilidade de todos, pois já existem políticas públicas, boa vontade de muitos profissionais, os alunos estão ali, mas é preciso unir esforços em busca dos recursos, possibilitar mais momentos de intercâmbio entre professores e professor de AEE, assim como com as famílias e a equipe diretiva, que também deve estar lá, acompanhando de perto a aprendizagem dos alunos e sua superação.

Importante deixar claro que no modelo biopsicossocial, o aluno deve ser visto de forma ampla, dentro do contexto onde está inserido, dentro da sua comunidade, na sua cultura, deve ser visto no todo. O gestor precisa saber que a pessoa vem antes da deficiência, que o conhecimento vem antes das dificuldades e que desafios sempre irão surgir, mas que a escola trabalhando unida, com um propósito inclusivo, com diálogo e respeito à diversidade vai fazer a diferença na vida de muitos alunos.

A escola precisa garantir a educação e o ensino inclusivo para todos os seus alunos. Precisa refletir e ressignificar saberes e, principalmente, quebrar as barreiras que se impõem a cada dia para que a inclusão de fato se efetive. A educação especial inclusiva depende do comprometimento coletivo, comprometimento com gestão democrática, garantindo a formação continuada a todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira; GOTTI, Marlene de Oliveira. O atendimento educacional especializado: concepção, princípios e aspectos organizacionais. IN: BRASIL, Ministério da Educação. **Ensaaios Pedagógicos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006. P. 267-272

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. IN: **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

_____. **Nota técnica Nº 24 / 2013**: Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei n. 12.764/2012. MEC: SECADI: DPEE; 21 de março de 2013.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 29 de abr. de 2018.

_____. Congresso Nacional. **Lei brasileira de inclusão**. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. IN: **Revista Portuguesa de Educação**. Vol. 16, núm. 2, Universidade do Minho Braga, Portugal, 2003, pp. 221-236.

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luisa de Marillac; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O acesso de alunos com deficiência as escolas e classes comuns da rede regular**. Ed. rev e atual. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

FLORISBAL, Roseni Martins. Cidadania e direitos humanos para crianças. IN: MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro. **Portfólios de ensino em ciências sociais**. Porto Alegre: Cirkula, 2017, pp. 169-214.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. O papel do professor na sociedade digital. IN: CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (orgs.) **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Thomson, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Égler (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. IN: **Revista brasileira de educação**. ANPED. Maio/Jun/Jul/Ago, n. 23, 2003, pp. 156-168

NADAL, Paula; POLATO, Amanda. Como atua o trio gestor. IN: **Gestão escolar**. Nova Escola. Edição 6. 1º de fevereiro de 2010. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/681/como-atua-o-trio-gestor>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **4. A educação especial/inclusiva**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em: 4 maio 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, LUIZ HERON DA (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 300-307.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida et.al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEESP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Daisy Cléia Oliveira dos. **Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual**. IN: Educ. Pesqui. São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935 - 948, out./dez. 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. Cadernos Pedagógicos do Libertad – 1. 9ª ed. São Paulo: Libertad, 2000.

APÊNDICES

Apêndice A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Polo: São Lourenço do Sul - RS

Professor Orientador: Belkis Souza Bandeira

Pesquisadora: Roseni Martins Florisbal

Pesquisa: A gestão escolar frente ao processo de inclusão

QUESTIONÁRIO

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer a opinião dos diferentes segmentos da escola sobre o processo de inclusão e quais as práticas desenvolvidas pela escola para efetivação deste processo.

Na certeza de contar com sua colaboração, agradeço a disponibilidade e atenção, que certamente irá enriquecer e valorizar a pesquisa que estou desenvolvendo no Curso de Especialização em Gestão Educacional na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Questionário dirigido aos Professores/Equipe diretiva/Supervisores

Formação Acadêmica concluída:

Ensino Médio () Ensino Superior () _____

Pós-graduação () _____

Tempo de Atuação em Educação: _____ anos

Tempo de Atuação com alunos público-alvo da educação especial: _____ anos

Área de atuação: _____ anos

1. Qual o significado de uma Escola Inclusiva para você? Você considera sua escola inclusiva? Por quê?

2. Você conhece o Projeto Pedagógico da sua escola e o que tem proposto com relação à área da educação especial e inclusiva? A escola está trabalhando de acordo com o que está proposto em seu Projeto Pedagógico?

3. Quais são os alunos com necessidades educativas especiais que você atende? Você sabe quais destes são público-alvo da educação especial?

4. Você recebeu alguma formação ou suporte para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais? (Formação acadêmica, cursos de capacitação,

momentos de formação na escola, etc.) Se sim, que tipo de formação foi? Que tipo de formação você acha necessária para sentir-se capacitado?

5. Sua escola tem professor especialista em educação especial - AEE? Qual a função deste professor na escola?

6. Como é a relação entre equipe diretiva, professores de sala regular e professor de atendimento educacional especializado dentro do espaço escolar quando se refere ao trabalho inclusivo? Existem momentos de diálogo? Como se organizam os tempos e espaços de discussão?

7. Os gestores (equipe diretiva e professores) da escola têm demonstrado empenho para melhorar as condições físicas e pedagógicas visando garantir não apenas a permanência dos alunos incluídos, como também uma educação de qualidade para os mesmos? Descreva algumas ações que considere importante, dos gestores (equipe diretiva e professores) para assegurar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

8. Descreva algumas dificuldades encontradas para a inclusão acontecer de forma efetiva na sua escola.

9. Quais as ações que estão sendo tomadas pela equipe diretiva da escola para que ocorram momentos de articulação e intercâmbio entre professores de sala comum e professor especialista em AEE?

10. Dentro do que é previsto nas legislações e políticas públicas da educação especial, como está organizado o trabalho da escola?

11. Qual o papel do professor de ensino regular frente à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em sua sala de aula?

Apêndice B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Polo: São Lourenço do Sul - RS

Professor Orientador: Belkis Souza Bandeira

Pesquisadora: Roseni Martins Florisbal

Pesquisa: A gestão escolar frente ao processo de inclusão

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG _____, confirmo que fui esclarecido(a) de forma detalhada e sem qualquer constrangimento, sobre as intenções deste trabalho. Autorizo a transcrição e utilização de dados referente a minha entrevista.

Assinatura do entrevistado: _____

Telefone () _____ email: _____

Local e data: _____, _____

Assinatura da pesquisadora: _____